

Hombis
2010/09/28
NCS

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO 2.º CICLO EM ENSINO DE MATEMÁTICA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO SECUNDÁRIO

O presente regulamento estabelece as normas previstas no "Regulamento dos cursos de 2.º ciclo de estudos" da Universidade da Madeira (UMa).

Capítulo I Condições de Ingresso

Artigo 1.º Admissão ao curso

1. A admissão ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário, adiante designado por mestrado ou simplesmente por curso, faz-se por concurso documental e eventual entrevista.
2. Podem candidatar-se ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário:
 - a. Titulares do grau de licenciado em Matemática ou equivalente legal;
 - b. Titulares do grau de licenciado, ou equivalente legal, em áreas afins à Matemática;
 - c. Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos em Matemática, ou em áreas afins, organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
 - d. Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado em Matemática, ou em áreas afins, pelo Conselho Científico do mestrado;
 - e. Em casos devidamente justificados, aqueles que apresentem um currículo científico e profissional relevante para a frequência deste ciclo de estudos e que seja reconhecido pelo Conselho Científico do mestrado.
 - f. Aqueles que tenham obtido, quer no quadro da habilitação académica a que se refere as alíneas a. a d. anteriores, quer em outros ciclos de estudos do ensino superior, um mínimo de 120 créditos em Matemática, ou, ainda, quando reúnam as condições a que se refere a alínea e. acima, e satisfaçam os requisitos dos mesmos créditos;
 - g. Podem ainda candidatar-se aqueles que apenas tenham obtido 75% dos créditos fixados para essa especialidade, ficando, neste caso, a inscrição nas unidades curriculares das componentes de didácticas específicas e de iniciação à prática profissional, incluindo a prática de ensino supervisionada e outras definidas pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior, condicionada à obtenção dos créditos em falta.

Artigo 2.º Critérios de seriação

1. Considerando a necessidade de fixar um quadro de exigência científica, de nível avançado, nas unidades curriculares dos mestrados, bem como uma adequada

preparação dos trabalhos de projecto ou de estágio, a seriação dos candidatos far-se-á tendo em conta os seguintes critérios de seriação, estabelecidos pelo Conselho Científico do mestrado e divulgados no edital de abertura das candidaturas:

- a. Formação específica na área científica do mestrado;
 - b. Classificação da licenciatura;
 - c. Currículo académico, científico e profissional;
 - d. Eventual entrevista.
2. A seriação dos candidatos contempla, quando aplicável, uma lista de suplentes que podem ocupar as vagas que ocorram por desistência de candidatos efectivos, quando tal seja previsto no edital de abertura de candidaturas.

Artigo 3.º

Vagas, prazos e condições das candidaturas

1. Com base nas condições existentes, sob proposta do Conselho Científico e tendo em conta o ponto iii. da alínea c. do artigo 4.º do regulamento do Director de Curso, em cada ano lectivo a UMa estabelece o número máximo de alunos a admitir no mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário.
2. Sob proposta do Conselho Científico do mestrado, a UMa também estabelece um número mínimo de alunos inscritos no mestrado necessários para o funcionamento do mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário.
3. Os prazos e as condições das candidaturas ao mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário, são fixados anualmente pela Reitoria da UMa, sob proposta do Conselho Científico do mestrado e divulgados publicamente.

Capítulo II

Condições de Funcionamento

Artigo 4.º

Princípios

1. A formação no mestrado visa alcançar os objectivos gerais fixados no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março de 2006, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho e pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de Setembro, para a atribuição do grau de mestre, bem como cumprir o plano curricular, objectivos específicos e metodologias pedagógicas, constantes do dossiê do mestrado enviado para registo na Direcção-Geral de Ensino Superior e acreditação na Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.
2. O ensino no mestrado é implementado por unidades curriculares (UC) organizadas em semestres lectivos, sem prejuízo de poderem existir UC com duração anual.
3. Todos os semestres incluem um período de 20 semanas com práticas lectivas e avaliação, de acordo com o calendário lectivo aprovado pela UMa.
4. As práticas lectivas do mestrado serão definidas no edital de cada edição, podendo decorrer em regime presencial com horário normal.

Artigo 5.º
Plano de curso

1. O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário integra:
 - a. Um curso de especialização, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares, denominado curso de mestrado;
 - b. Um estágio de natureza profissional objecto de relatório final.
2. A lista de UC obrigatórias e optativas a leccionar em cada ano lectivo consta do Anexo I ao Regulamento que define o “Plano de mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário”.

Artigo 6.º
Matrícula, renovação da matrícula, precedências e prescrições

1. No acto da matrícula o aluno deste curso toma conhecimento do presente Regulamento e do “Regulamento dos cursos de 2.º Ciclo de Estudos” da Universidade da Madeira.
2. A matrícula caduca no final de cada ano lectivo, devendo os alunos proceder à sua renovação na plataforma informática *InfoAlunos*.
3. A inscrição em determinadas UC do mestrado fica condicionada à aprovação prévia em outras UC de acordo com o Anexo II ao Regulamento que define o “Regime de Precedências na Inscrição em Unidades Curriculares do mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário”
4. O mestrado segue o regime de prescrições definido no Anexo III a este regulamento.

Capítulo III
Orientação e Relatório da Prática de Ensino Supervisionada

Artigo 7.º
Relatório da Prática de Ensino Supervisionada

1. Durante o último ano curricular do mestrado, os alunos têm de realizar um relatório da Prática de Ensino Supervisionada.
2. Terminado relatório, o candidato requer a realização da prova pública de apresentação e defesa do relatório.

Artigo 8.º
Orientador

1. Na elaboração relatório final, cada candidato é orientado por um professor ou investigador da UMa, ou por outra pessoa que cumpra os requisitos descritos no artigo 14.º do “Regulamento dos cursos de 2.º ciclo de estudos”.
2. O orientador é designado pelo Director de Curso, a requerimento do candidato, nos termos do artigo 14.º do “Regulamento dos cursos de 2.º ciclo de estudos”.

Artigo 9.º

Orientação

1. A orientação relatório final baseia-se no princípio da liberdade académica.
2. Ao orientador compete acompanhar efectivamente o orientando na sua investigação e elaboração da dissertação, nos termos livremente combinados entre os dois, assegurando ao orientando o direito deste às suas opções científicas.
3. Sem prejuízo da liberdade académica, o mestrando deve informar periodicamente o orientador sobre a evolução dos seus trabalhos.

Artigo 10.º

Inscrição na Prática de Ensino Supervisionada

A inscrição na disciplina de Prática de Ensino Supervisionada está condicionada à aprovação prévia nas unidades curriculares do mestrado que perfaçam um mínimo de 45 créditos ECTS.

Artigo 11.º

Mudança de Tema ou de Orientador

1. É possível a mudança de orientador, a requerimento fundamentado do candidato.
4. Mediante requerimento fundamentado, o orientador pode recusar a orientação do candidato por incumprimento de algum dos deveres deste.
2. Os requerimentos mencionados nos números anteriores são dirigidos ao Conselho Científico do curso e produzem efeitos após aprovação por este órgão.
3. A mudança de orientador não dá lugar a qualquer prorrogação do prazo para apresentação da dissertação.

Artigo 12.º

Elaboração do Relatório

1. O relatório é escrito com uma extensão não superior a 100 páginas, contabilizando índices, anexos e bibliografia.
2. Na redacção do relatório, o candidato deve cumprir as regras gerais de citação em anexo a este documento (Anexo IV).
3. O relatório é impresso, devendo a capa e a 1.ª página obedecer ao modelo definido pela UMa, a fornecer, a pedido do candidato, pelo Gabinete de Apoio ao Estudante (Anexo V).
4. O relatório é obrigatoriamente acompanhado de:
 - a. um resumo até 300 palavras, em português e de outro resumo até 300 palavras em inglês;
 - b. um conjunto de até 6 palavras-chave, em português e de outro conjunto de até 6 palavras-chave em inglês

Artigo 13.º

Suspensão da contagem dos prazos de entrega do relatório

A contagem dos prazos para a entrega do relatório de estágio pode ser suspensa por decisão do Reitor, nos seguintes casos:

- a. Maternidade;
- b. Doença grave e prolongada do aluno ou acidente grave, quando a situação ocorra no decurso do prazo para a entrega da dissertação;
- c. Por outras imposições legais.

Artigo 14.º

Requerimento da prova pública de defesa do relatório

1. O requerimento para a realização da prova pública de defesa da dissertação de Mestrado, entregue pelo candidato no Gabinete de Apoio ao Estudante (GAE), é dirigido ao Reitor acompanhado de:
 - a. Seis exemplares impressos da dissertação e outro em formato digital;
 - b. Parecer do orientador;
 - c. Declaração, emitida pela Unidade de Assuntos Académicos, comprovativa da regular inscrição e da aprovação em todas as unidades curriculares do mestrado, onde constem as classificações.
2. Os documentos acima referidos, acompanhados do relatório do programa de detecção de plágio, são remetidos pelo GAE ao presidente do Conselho Científico, dando também conhecimento do requerimento do candidato, mediante comunicação interna, ao Director de Curso.

Artigo 15.º

Nomeação do júri

1. Observando o estabelecido no “Regulamento dos cursos de 2.º ciclo de estudos”, o Conselho Científico do curso elabora uma proposta de júri da prova no prazo máximo de dez dias a contar da data de envio dos documentos mencionados no artigo anterior.
2. O júri é nomeado por despacho do Reitor da UMa, no prazo máximo de cinco dias a contar da data de envio do extracto da acta da reunião do Conselho Científico onde foi aprovada a proposta.

Artigo 16.º

Apreciação preliminar do relatório pelo júri

1. O júri elabora um despacho liminar de aceitação da dissertação no prazo máximo de 30 dias seguidos a contar da data de despacho da sua nomeação.
2. Se o relatório for aceite, na forma em que foi apresentada originalmente, as provas têm lugar no prazo de 30 dias seguidos a contar do despacho da sua aceitação pelo júri.
3. Quando o júri recomende a reformulação do relatório, em despacho devidamente fundamentado, o candidato tem 30 dias seguidos improrrogáveis para responder, podendo aceitar ou prescindir da reformulação, realizando-se as provas no prazo de 30 dias seguidos a contar da data da resposta do candidato.
4. Esgotado o prazo referido no número anterior, sem resposta do candidato, considera-se ter havido desistência.

Artigo 17.º

Funcionamento do júri e provas públicas

O funcionamento do júri e as provas públicas seguem o estabelecido no “Regulamento dos cursos de 2.º ciclo de estudos”.

Artigo 18.º

Arquivo

1. A custódia dos originais das actas referentes às deliberações do júri pertence à UAA.
2. Ao Conselho Científico do mestrado incumbe o arquivo e a guarda de toda a documentação referente a cada processo.

Artigo 19.º

Depósito legal

1. As dissertações estão sujeitas a depósito:
 - a. de um exemplar impresso e de um exemplar em formato digital na Unidade de Documentação e Arquivo (UDA) da Universidade da Madeira;
 - b. legal de um exemplar impresso e de um exemplar em formato digital na Biblioteca Nacional;
 - c. de um exemplar em formato digital no Observatório da Ciência e do Ensino Superior.
2. Os depósitos referidos no número anterior devem ser assegurados pela UAA na UDA, que remete para as entidades mencionadas nas alíneas b e c do número anterior.

Capítulo IV

Conclusão do Mestrado

Artigo 20.º

Atribuição de diplomas e classificação final

1. Ao grau académico de mestre é atribuída uma classificação final, expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações, de acordo com a metodologia adoptada na UMa, para a aplicação desta escala.
2. A classificação final é calculada pela média ponderada das classificações obtidas nas unidades curriculares que constituem o plano de estudos e da nota obtida na Prática de Ensino Supervisionada (com relatório de estágio) sendo os coeficientes de ponderação a aplicar os créditos ECTS de cada elemento.
3. À classificação final está associada uma menção qualitativa com quatro classes:
 - a. 10 a 13 — Suficiente;
 - b. 14 e 15 — Bom;
 - c. 16 e 17 — Muito bom;
 - d. 18 a 20 — Excelente.
4. Um aluno que tenha aprovado na disciplina de Prática de Ensino Supervisionada (com defesa pública de relatório) tem direito ao diploma de Mestre em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário pela Universidade da Madeira, sendo-lhe atribuída uma classificação final, de acordo com os números anteriores.

Capítulo V
Disposições Finais

Artigo 21.º

Norma subsidiária

No que não estiver explicitamente previsto no presente regulamento, aplica-se o estabelecido no Regulamento dos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos da Universidade da Madeira e na demais legislação aplicável.

Artigo 22.º

Casos omissos

Os casos omissos do presente regulamento serão decididos por despacho do Reitor.

Artigo 23.º

Norma revogatória e entrada em vigor

1. É revogado o Regulamento do Mestrado de Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário até agora em vigor.
2. Este regulamento entra em vigor depois de homologado pelo Reitor da UMa e é válido a partir do ano lectivo de 2010/2011.

Anexo I

Plano de Mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário
(Despacho n.º 8092/2008, *Diário da República*, 2.ª série — N.º 55 — 18 de Março de 2008)

1º Ano / 1º Semestre

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	ECTS	TIPO
Didáctica da Matemática I	Mat	7,5	Semestral
Ciências da Educação I	Edu	7,5	Semestral
Ciências da Educação II	Edu	7,5	Semestral
Iniciação à Prática Profissional I	Mat	7,5	Semestral

1º Ano / 2º Semestre

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	ECTS	TIPO
Didáctica da Matemática II	Mat	7,5	Semestral
Ciências da Educação III	Edu	7,5	Semestral
Ciências da Educação IV	Edu	7,5	Semestral
Iniciação à Prática Profissional II	Mat	7,5	Semestral

2º Ano / 1º Semestre

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	ECTS	TIPO
Didáctica da Matemática III	Mat	7,5	Semestral
Didáctica da Matemática IV	Mat	7,5	Semestral

2º Ano / 2º Semestre

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	ECTS	TIPO
Opção	Mat	7,5	Semestral

2º Ano

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	ECTS	TIPO
Prática de Ensino Supervisionada	Mat	37,5	Anual

Anexo II

Regime de Precedências na Inscrição em Unidades Curriculares do Mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário

Os alunos do Mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário só podem inscrever-se na disciplina de Prática de Ensino Supervisionada depois de terem tido aprovação nas disciplinas de Didáctica I e Didáctica II.

Anexo III

Regime de Prescrições do Mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário

Não podem inscrever-se no mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário os estudantes cujo aproveitamento escolar não supere os valores de ECTS indicados na segunda coluna da tabela seguinte, no final do número de inscrições referido na primeira coluna da mesma tabela:

Número de inscrições	Número de ECTS
3	59
4	120



75

Anexo IV

Regras de citação a utilizar na dissertação do Mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário

As regras de citação bem como as referências devem ser formatadas de acordo com o estilo APA.



Anexo V

Modelo da Capa do Relatório do Mestrado em Ensino de Matemática no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário

Aplica-se o modelo definido pela Universidade da Madeira.